

UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O APEGO MÃE E FILHO: BASES PARA A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA E NEONATAL

*Evellisse Angelica Ferreira**

*Ieda Mara Ávila Vargas***

*Semiramis Melani Melo Rocha****

FERREIRA, E.A.; VARGAS, I.M.Á.; ROCHA, S.M.M. Um estudo bibliográfico sobre o apego mãe e filho: bases para a assistência de enfermagem pediátrica e neonatal. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 4, p. 111-116, outubro 1998.

O trabalho consiste de um revisão bibliográfica sobre o apego mãe e filho e as suas considerações na intervenção da assistência de enfermagem, no processo de hospitalização da criança. Ao decidirmos estudar essa temática tivemos como objetivo obter conhecimentos que nos fossem úteis no cotidiano da prática de enfermagem pediátrica e neonatológica. Evidenciamos a importância de divulgar os conhecimentos sobre o apego entre os profissionais de enfermagem, visto que sua atuação poderá refletir de forma significativa no desenvolvimento social e emocional da criança hospitalizada. Entretanto, apesar da relevante importância do tema, poucos trabalhos científicos na área de enfermagem foram publicados. Para o nosso embasamento teórico pesquisamos em outras áreas de conhecimento como a psicologia, sociologia e antropologia.

UNITERMOS: apego mãe e filho, assistência de enfermagem, privação

INTRODUÇÃO

O tema apego foi escolhido por sua enorme importância, uma vez que o desenvolvimento da ligação afetiva da mãe com o bebê é um processo complexo que constitui a base da saúde mental da criança. A enfermagem, ao atuar na assistência à criança, precisa considerar os aspectos emocionais em relação ao seu desenvolvimento bio-psico-social, conforme considerações de diversos autores que pesquisaram a temática da relação de apego mãe e filho. Nestes estudos, demonstra-se que a criança não pode ser compreendida de forma isolada, desconsiderando o complexo sistema que a envolve e o contexto histórico no qual está inserida. A enfermagem precisa identificar essa realidade, fazendo com que sua atuação reflita de forma positiva na reabilitação desta criança.

Para que se tenha êxito no alcance deste objetivo é fundamental que a enfermagem domine o conhecimento referente à relação de apego entre o binômio mãe e filho e as conseqüências prejudiciais que ocorrem quando a criança é privada dessa relação, o que influencia de forma direta no seu desenvolvimento social e emocional. Ao

decidirmos estudar esta temática tivemos como objetivos norteadores adquirirmos conhecimentos sobre os benefícios de uma relação afetiva e contínua entre mãe e filho e as conseqüências negativas da privação desta relação e a aplicabilidade destes conhecimentos pelos profissionais de enfermagem, visando uma assistência mais eficiente e humanizada.

No século XX a relação de apego mãe e filho é marcada profundamente pelas teorias psicanalíticas. A partir da segunda metade do século, aparecem muitos psicanalistas e psiquiatras infantis empenhados em teorizar a relação mãe e filho. Segundo um destes teóricos esta é uma relação íntima e afetiva estabelecida entre o bebê e a figura materna, e ainda aquela que toda mulher seria capaz de estabelecer com seu filho (BOLWBY,1951).

As idéias iniciais sobre o comportamento de apego e os efeitos da separação e/ou privação materna sobre o desenvolvimento e a personalidade futura da criança, segundo FERREIRA (1984), estão estreitamente ligadas à história da Europa na década de 30 e 40. Tais idéias derivam de estudos com pacientes adultos que relatam suas experiências infantis, as quais pareciam estar interferindo em seu comportamento.

* Graduada de enfermagem, bolsista de iniciação científica - Processo nº 524507/96-1

** Mestranda do Programa de Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública.

*** Orientadora. Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Com o início da segunda guerra mundial, houve a necessidade de se criar, em toda a Europa, instituições destinadas ao atendimento dos órfãos de guerra e das crianças separadas de seus pais. Estas instituições ofereceram uma excelente oportunidade para se observar e estudar diretamente os efeitos da separação ou perda dos pais sobre o desenvolvimento social e emocional das crianças.

Após o término da segunda guerra mundial, foi necessário a reorganização da produção e reconstrução das cidades destruídas pelo conflito. Creches foram criadas para que mulheres pudessem deixar seus filhos, ficando livres para trabalhar pela reconstrução da Europa. O momento histórico da época reforçava essa tendência; entretanto, nos meios universitários pairava o receio aos efeitos prejudiciais que a separação materna poderia acarretar sobre o desenvolvimento da personalidade da criança, despertado por relatórios acadêmicos sobre o assunto.

BOWLBY (1951) publicou um trabalho enfatizando os efeitos desastrosos da separação e do desenvolvimento infantil nas creches, instituições ou hospitais. A partir desses dados, o autor postulou que, para desenvolver-se normalmente, a criança precisaria ter durante os primeiros anos de vida uma relação afetiva e íntima com sua mãe ou mãe substituta permanente.

Mais recentemente, o mesmo autor acrescentou que essa relação íntima, afetiva e contínua entre mãe e filho, em que ambos encontrem satisfação, é imprescindível para a saúde mental do indivíduo adulto. Várias formas de neuroses e desordens de caráter, sobretudo psicopatias, podem ser atribuídas seja à privação do cuidado materno, seja à descontinuidade na relação da criança com uma figura materna durante os primeiros anos de vida (BOWLBY, 1951).

O relatório de BOWLBY (1951) teve profundo impacto nos meios científicos e culturais da época e forneceu argumentos teóricos para que se estabelecesse um freio sobre o desenvolvimento de uma política de facilitação do trabalho feminino, através da abertura de creches.

A polêmica em torno do assunto continua até hoje, impulsionada por interesses diversos, resultando em inúmeros estudos publicados, na busca de avaliar as conseqüências da separação a curto e a longo prazo.

Para RIBBLE (1975), o primeiro cuidado materno consiste em uma continuação das ligações da via intrauterina, com o fator adicional do toque ou contato. Um momento importante para desenvolver este contato é durante o banho, onde a criança revive momentos que lhe são familiares, visto que permaneceu nove meses em contato com líquido, podendo ser acariciado, tomar conhecimento de todo seu corpo e sentir pertencente a alguém. Quanto mais claramente reproduzem certas

condições anteriores ao nascimento, mais sucesso alcançam nas primeiras semanas. O bebê recém-nascido precisa ainda ser embalado suavemente como o era dentro do corpo de sua mãe.

Necessita ser carregado, ajudando a fortalecer o seu senso de equilíbrio e a sua primeira sensação de pertencer a alguém requer contato íntimo com a mãe, pois esse calor substitui a conexão física anterior ao nascimento. O contato é um estímulo importante para o crescimento e a percepção, estimulando assim, instintivamente, reações emocionais na criança. Naturalmente que aí se incluem a alimentação, o banho e todos os pormenores do cuidado físico como afagar, acariciar e cantar ou falar com o bebê.

Uma das primeiras necessidades da criança ao nascer é o choro, pois é uma forma de adaptação interna para com seu novo ambiente, já que o choro das primeiras semanas significa respiração de emergência. É necessário observar a respiração e o choro de um bebê, pois são parâmetros indicativos de satisfação das suas necessidades de oxigênio.

A boca de um bebê é o centro de seu universo, a via pela qual se aplacam a fome e a sede, se diminui a tensão e se restabelece o conforto. Através dela, ele experimenta o primeiro gosto importante de sua nova vida e a primeira posse por meio da sucção, que é um dom biológico congênito. Durante os primeiros seis meses, é a atividade mais satisfatória e completamente absorvente do bebê, a qual ele compartilha integralmente com sua mãe (RIBBLE, 1975).

A sucção atinge a intensidade máxima próximo do quarto mês de idade e se até essa época ocorreu de maneira plena e agradável, sua necessidade tende a diminuir a medida que a criança começa a vocalizar, morder e agarrar com as mãos. O revestimento da cavidade bucal é como que um prolongamento de uma parte da pele que se dobrou para dentro para formar uma bolsa. Isso indica que, basicamente, a boca é um órgão do tato.

A maioria dos bebês, a princípio, mama sem focar os olhos. Os olhos não tendem a fixar-se por mais que um momento passageiro. À medida que o ato de mamar se torna fácil e agradável, o bebê começa a demonstrar atenção ocular. Os bebês não podem viver só de alimento, necessitando também sentirem-se seguros e compreendidos como um ser humano que precisa ser amado. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que os bebês que não vão ao colo e não são acariciados, ou ainda que não tem cuidado materno, evidenciam hábitos de sugar em demasia, freqüentemente se alimentam em excesso e, como conseqüência natural, apresentam distúrbios digestivos. Entretanto a mãe pode mostrar seu amor através de outras formas de atenção, como carregar ao colo, antes e durante a alimentação na mamadeira.

Existem mães que, apesar de serem amorosas e conscienciosas, não conseguem compreender que a tensão da espera é uma ameaça real à estabilidade de todo o organismo do bebê que só pode aprender a esperar quando seu cérebro já alcançou um considerável estado de maturidade.

Nos primeiros meses de vida, o bebê não deveria sofrer restrições, pois isso lhe causa exagerada tensão. Se os efeitos de tais experiências não são habilmente neutralizados, podem resultar em perturbações do comportamento. Para o bebê, o princípio do prazer deve predominar. Somente depois de alcançar um grau considerado de maturidade é que podemos treina-lo para se adaptar à rotina de um mundo fora dele.

Nesse sentido o sono assume grande importância. É comum pensar-se que o bebezinho dorme vinte horas, num dia de 24h. Contudo, o cochilo semiconsciente do recém-nascido não é realmente sono, no seu sentido adulto, mais se aproximando de uma continuação do estado pré-natal. A canção de ninar vem, através dos anos, sendo reconhecida como o meio de ajudar o bebê a aprender a dormir.

Os cuidados parentais que uma criança recebe em seus primeiros anos de vida são de importância vital para a sua saúde mental. Segundo BOWLBY (1995), privação materna é a situação na qual uma criança não encontra uma relação calorosa, íntima e continua com a mãe natural ou mãe substituta. A separação será suavizada se a criança passar a ser cuidada por alguém que ela já conhece e confia, mas pode ser acentuada se a mãe substituta, embora amorosa, for uma estranha. Os efeitos perniciosos da privação variam de acordo com o grau da mesma. A privação parcial traz consigo a angústia, uma exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência, culpa e depressão, resultando em distúrbios nervosos e numa personalidade instável. A privação total tem efeitos maiores sobre o desenvolvimento da personalidade e pode mutilar totalmente a capacidade de estabelecer relações com outras pessoas. Relações insatisfatórias na primeira infância predispoem as crianças a reagirem mais tarde, de forma anti-social diante das tensões.

Os bebês de três a seis meses precisam ver sua mãe e ouvir sua voz a intervalos freqüentes, para terem a sensação de proteção e para não se sentirem abandonados. Essa necessidade de ter a presença da mãe vai diminuindo quando a criança, com o crescente conhecimento de si mesma, que ocorre ao redor dos seis meses, pode mover-se, estender os braços, agarrar, sentar e colocar a mão na boca, conseguindo tolerar breves períodos de ausência de sua mãe.

Segundo BOWLBY(1951), as crianças que sofrem privação da mãe na primeira infância mostram que suas personalidades e consciência não se

desenvolveram, seu comportamento é impulsivo e descontrolado, sendo incapazes de terem objetivos a longo prazo, porque são vítimas de caprichos momentâneos sem possibilidade de aprenderem. Essa impossibilidade é decorrente da dificuldade de desenvolverem o raciocínio abstrato, resultando em imaturidade.

Nas experiências relatadas por BOWLBY(1951) constatou-se que os bebês que sofrem privação materna prolongada podem deixar de sorrir para um rosto humano ou de reagir quando alguém brinca com eles, ficando inapetentes ou, apesar de serem bem nutridos, não engordarem. Dormem mal e não demonstraram iniciativa, podendo também apresentar atraso na fala e suscetibilidade à infecções.

No caso de uma criança que durante um ou dois anos teve uma relação com a mãe e depois sofreu privação, é comum que capacidades já adquiridas sejam perdidas. Em tais circunstâncias, as crianças freqüentemente regridem a formas mais infantis de pensar e de se comportar, encontrando muita dificuldade para crescer normalmente. A privação nesta fase provoca uma atitude hostil, manifestada através de birras, sendo explicada por RIBBLE (1975) como a forma da criança liberar sua raiva e violência diante de tal situação, gerando graves conflitos íntimos, angústia, depressão e um obstáculo à sua aprendizagem social futura.

As ligações são calorosas mas superficiais com qualquer adulto que se aproxime, havendo uma excessiva solicitação da mãe substituta, intensa possessividade, insistência em ter as coisas à sua maneira, ciúmes extremo, acessos de raiva. Pode apresentar reação hostil à mãe ao reunir-se novamente a ela, que por vezes toma a forma de recusa em reconhecê-la.

FERREIRA (1984) afirma que após essa experiência de privação, a criança reluta em entregar novamente seu coração à alguém, para evitar ser novamente ferida. Em consequência, perde a capacidade de estabelecer relações afetivas e identificar-se com pessoas amadas, mas seu desejo de amor persiste, embora reprimido, resultando em comportamentos tais como relações sexuais promíscuas, furtos, sentimentos de vingança e atos anti-sociais.

No decorrer do segundo e terceiro anos de vida, a reação emocional à separação é igualmente séria e, além disso, as mães substitutas podem ser completamente rejeitadas, ficando a criança inconsolável por vários dias, num estado de desespero e agitação. Recusa tanto o alimento como a ajuda; apenas a exaustão a leva ao sono. Depois de alguns dias, a criança fica mais quieta e pode cair em apatia. A privação, após a idade de três ou quatro anos, ou seja, na terceira infância não tem os mesmos efeitos destrutivos sobre o desenvolvimento abstrato.

BOWLBY (1995) faz uma consideração referente à idade em que a criança deixa de estar sujeita

a danos psíquicos por falta de cuidados maternos. Segundo esse autor, na primeira infância os riscos são muito graves, particularmente entre os três e cinco anos de idade, após os cinco anos, o risco diminui ainda mais. Outro fator a ser considerado é que quanto melhor tiver sido a relação das crianças mais velhas com a mãe, melhor será sua tolerância à separação.

Uma situação que pode trazer conseqüências futuras para o bebê é a falta de relacionamento com seu pai no início da vida podendo deixar um vácuo penoso nos sentimentos da criança. Segundo RIBBLE (1975), para o pai a recepção de um bebê em sua vida causa medos e receios, visto que a gravidez de sua mulher pode gerar perturbações de ordem emocional. É uma situação nova que exige mais responsabilidade e a disponibilidade para dividir o seu espaço com um novo ser.

É importante os pais saberem que as crianças pequenas sentem tudo o que ocorre ao seu redor, porém sem ter a condição de analisar a situação. Portanto, cabe a eles amenizar essa situação o quanto possível.

Quando houver necessidade de separação, BOWLBY (1995) sugere que a mãe substituta deva estar ciente de que a criança sentirá falta da mãe natural, especialmente na hora de dormir; Também ficará mais dependente, exigindo mais atenção. A mãe substituta não deve ficar aborrecida, caso a criança a descarte quando a mãe natural retornar e, esta deve estar preparada para encontrar, em seu retorno, seu filho transformado. Esse autor aconselha proporcionar um período de transição de alguns dias, antes da separação.

A criança não deve ser deixada de forma alguma com pessoas que não conhece, dando-se preferência a deixá-la aos cuidados de parentes e vizinhos. Ela pode encontrar um grande conforto em cartões postais e pequenas lembranças mandadas pela mãe com a reafirmação de que ela voltará brevemente. Os brinquedos preferidos terão um valor especial neste período de separação.

Embasados nas considerações feitas, podemos afirmar que o amor materno que uma criança necessita é naturalmente encontrado no núcleo familiar estabelecido e extremamente difícil fora dele. As crianças que sofrem privações afetivas podem tornar-se pais com dificuldades para cuidar de seus filhos e este círculo vicioso é o aspecto mais sério do problema. A questão é, pois, ampla, complexa e requer habilidades dos profissionais das várias áreas que lidam com a criança que por alguma razão encontram-se distantes de sua mãe. Tudo vai depender da qualidade relativa do lar e da instituição. De qualquer forma, isto serve para ressaltar que um lar insatisfatório é melhor do que um lar inexistente.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL

O conhecimento sobre o apego mãe-criança é muito importante na formação de enfermeiras pediatras e neonatais por serem profissionais atuantes no cenário da hospitalização, situação na qual a criança é afastado, de seu ambiente familiar. Até recentemente as crianças eram separadas de suas mães durante a hospitalização e, logo após o nascimento, em berçários. O alojamento conjunto neonatal no Brasil data da década de 70 e o alojamento conjunto pediátrico vem instalando-se recentemente, com maior freqüência após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente BRASIL (1991). Na ausência da mãe, em enfermarias e berçários, a enfermeira acaba por exercer o papel da mãe substituta. Com a nova perspectiva de trabalhar lado a lado com a mãe nas enfermarias e berçários, ela vê-se no delicado papel de assistir e orientar também a mãe e dividir com ela o cuidado.

Essa preocupação iniciou-se à partir da década de 50, na Inglaterra, através da solicitação do governo inglês para que se constituísse um comitê para analisar as questões sobre a hospitalização da criança, posteriormente, foi publicado um documento denominado "The Welfare of children in hospital" HARRY (1958).

Esse documento traz considerações importantes para o aprimoramento da assistência de enfermagem à criança hospitalizada e várias são as considerações e sugestões, entre elas, a necessidade da existência de uma unidade separada para a internação de crianças em hospitais gerais, atentando-se para que sejam internadas em companhia de outras crianças da mesma faixa etária, devendo ter facilidades para brincar. A decoração da unidade deve ter motivos infantis, cores alegres, com supervisão e prevenção de acidentes.

A enfermeira desempenha papel importante, visto ser ela o profissional que passa a maior parte do tempo em sua companhia, sendo a responsável pelos cuidados prestados, cabendo-lhe também empenhar-se ao máximo para reduzir os riscos de perturbações à criança, decorrentes da hospitalização. Para atingir esse objetivo HARRY (1958) sugere que o tempo de internação seja mínimo e seu atendimento deva ser executado por uma equipe especializada cabendo ao enfermeiro a construção de um vínculo com a criança.

Uma recepção adequada é especialmente importante nesse processo. A enfermeira pode dar as boas vindas para a criança e tranquilizá-la sobre o ambiente em que encontra-se. Comprovadamente é de grande benefício se a mãe for co-responsável pelos seus cuidados durante a hospitalização; portanto, cabe à enfermeira facilitar e propiciar essa prática.

A criança no hospital deverá ser frequentemente visitada para preservar a continuidade de sua vida. Os pais poderão visitá-la sempre que puderem e ajudar no cuidado quando possível. Visitas são especialmente importantes nos primeiros dias de internação no hospital, nos finais de tarde e nos finais de semana. Os pais deverão ter informações sobre o progresso de suas crianças quando forem visitá-las. Outros familiares deverão também ter o direito a visitas, especialmente no caso de crianças em que os pais se encontram impossibilitados para a realização de tais visitas.

A provisão das facilidades educacionais para a criança é importante em hospitalização de curta ou longa duração, sendo uma responsabilidade do hospital e das autoridades locais.

Quando houver necessidade de reinternações estas devem ser feitas em enfermarias familiares, e se a criança for admitida durante o dia não deve ser colocada na cama, a menos que isso seja indicado e quando forem admitidas durante a noite devem ter a ajuda dos pais para dormirem.

Indubitavelmente a publicação do documento conhecido como Relatório Platt (HARRY, 1958) trouxe grandes contribuições para o aperfeiçoamento das ações de enfermagem no delicado processo de afastar a criança de seu meio de vivência e de seus familiares, o que sabemos ser uma árdua tarefa, devido aos efeitos perniciosos acarretados nessa situação. Portanto, enfatizamos a importância da enfermagem estar atenta aos aspectos emocionais da criança, pois estes podem ser comprometidos no processo de hospitalização, dependendo da assistência a ela dispensada. Assim sendo, é atribuição da enfermeira facilitar a estadia da criança no hospital.

APEGO MÃE E FILHO NA LITERATURA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

O conhecimento sobre a relação de apego mãe e filho é de considerável importância na formação de enfermeiras pediátricas e neonatais, dado serem estas as responsáveis por amenizar o sofrimento das crianças, quando estas encontrarem-se hospitalizadas, também nesta situação, assumem muitas vezes o papel de mãe substituta.

Através desta revisão bibliográfica realizada através de busca manual na Biblioteca Central do Campus Administrativo de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e na Biblioteca Central da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e busca informatizada nos programas MEDLINE e LILACS referente aos 10 últimos anos, nos deparamos com um déficit de trabalhos científicos publicados pela

enfermagem sobre essa temática, evidenciando uma lacuna na produção do conhecimento sobre apego mãe e filho bem como aspectos relacionados a este vínculo na assistência de enfermagem a criança hospitalizada.

Este é um dado preocupante, diante de todo o exposto, salientando-se a necessidade da enfermagem estar atenta aos aspectos emocionais inerentes ao tema do apego mãe e filho.

No Brasil, muito pouco ou quase nada se tem feito para melhorar a hospitalização infantil. Apesar dessa frase ter sido dita há mais de uma década, ainda carrega sua parcela de veracidade. Diante desta realidade, o que se pode fazer para promover o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças hospitalizadas.

As modificações operadas em certos hospitais denotam haver preocupação com uma melhor assistência à criança e seus familiares. Pensa-se também que se o preparo de médicos, enfermeiros, equipe de enfermagem, enfim, todos os que trabalham com a criança hospitalizada estivessem voltados aos aspectos psicossociais de atendimento, possibilitaria encarar a criança como um ser em desenvolvimento, com características próprias e que deve ser atendido, em sua individualidade, com sua necessidade básica de nutrição, socialização e afetividade.

Nos poucos trabalhos encontrados, evidenciamos que alguns autores trataram de aspectos mais voltados para a questão da hospitalização como um todo, e não especificamente considerando o apego mãe e filho neste processo.

Dentre estes autores destacamos o trabalho de GOMES (1993) que, em sua dissertação de mestrado, realiza uma revisão bibliográfica sobre a criança hospitalizada e posteriormente faz uma análise qualitativa da opinião das crianças que passaram por essa experiência de hospitalização, a qual evidenciou que esta vivência tem sido uma experiência negativa, com muito sofrimento e dor.

Percebe-se que há um crescente interesse pelos aspectos de desenvolvimento psicossociais da criança hospitalizada por parte de profissionais que com ela trabalham, mas ainda é insuficiente considerando a relevância do tema.

Apesar da lacuna na literatura sobre esse conhecimento sabemos que a enfermagem fundamenta seu cuidado nas diretrizes que esse conhecimento preconiza, procurando assim, embasamento teórico na literatura de outras áreas, tais como psicologia, sociologia, antropologia, entre outras, com intuito de qualificar a assistência de enfermagem prestada à criança doente.

Sendo assim, acreditamos que as premissas apresentadas merecem reflexões por parte dos enfermeiros na busca de novos caminhos para a assistência à criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quem afirme que muito já se falou e escreveu sobre criança, mas será que realmente se conhece tudo a seu respeito? Nós que mantemos contato direto com ela no cotidiano de nosso trabalho sabemos o quanto nos surpreende pela sua complexidade e, muitas vezes, nos deparamos com o pouco conhecimento que dela possuímos.

Teríamos ficado mais satisfeitas se ao realizarmos esta revisão bibliográfica tivéssemos encontrado um número maior de trabalhos científicos de enfermeiros referentes aos aspectos relacionados ao cotidiano da assistência de enfermagem à criança hospitalizada, considerando as relações do seu vínculo com a mãe e familiares. Sabemos ser essa uma questão de grande relevância entre os profissionais da área e pontuar esta

lacuna pareceu-nos ser uma etapa importante.

O envolvimento com a hospitalização da criança requer conhecimento que contemplem a amplitude e complexidade inerentes à situação do seu afastamento do meio familiar em decorrência de uma internação. Por isso consideramos salutar que estes conhecimentos discutidos e apresentados neste trabalho sejam expandidos e aprofundados entre os profissionais da área de enfermagem pediátrica e neonatológica, devendo ter seu início desde o processo de formação acadêmica do profissional enfermeiro e ressaltado nos cursos de aperfeiçoamento profissional específico da área.

Por fim, ao término desse trabalho, evidenciamos o resultado positivo que este nos propiciou, pois, além de termos nossos conhecimentos ampliados, tivemos a oportunidade de refletir sobre a indubitável importância desse tema para os profissionais de enfermagem.

A BIBLIOGRAPHICAL STUDY ON THE MOTHER AND SON ATTACHMENT: BASES FOR THE PEDIATRIC AND NEONATAL NURSING CARE

The study consists of a bibliographical review about the mother and son attachment and its considerations in nursing care intervention, in the child's hospitalization process. In deciding to study this theme we had the purpose to obtain knowledge that would be useful in daily pediatric and neonatal nursing practice. We evidenced the importance of knowledge dissemination about the attachment among the nursing professionals, because their performance can interfere in a significant way in the hospitalized child's social and emotional development. However, in spite of the importance of the theme, few scientific studies in the nursing area were published. For our theoretical knowledge we searched another knowledge areas as psychology, sociology and anthropology.

KEY WORDS: *mother and son attachment, nursing care, privation*

UN ESTUDIO BIBLIOGRÁFICO ACERCA DEL APEGO MADRE-HIJO: BASES PARA LA ASISTENCIA DE ENFERMERIA PEDIÁTRICA Y NEONATAL

El trabajo consiste de una revisión bibliográfica acerca del apego madre-hijo y sus consideraciones en la intervención de asistencia en enfermería, en el proceso de hospitalización de los niños. Al decidimos estudiar la temática tuvimos como objetivo la obtención de conocimientos útiles al cotidiano de la práctica de enfermería pediátrica y neonatológica. Evidenciamos la importancia de divulgar los conocimientos acerca del apego entre los profesionales de enfermería, dado que su actuación podrá reflejar de forma significativa en el desarrollo social y emocional de los niños hospitalizados. Apesar de revelante importancia del tema, pocos trabajos científicos en área de enfermería han sido publicados. Para nuestro basamento teórico recurrimos a otras áreas de conocimiento como la psicología, sociología y antropología.

TÉRMINOS CLAVES: *apego madre-hijo, asistencia de enfermería, privación*

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

01. _____. **Apego e perda**. 3.ed. São Paulo: Globo, 1951.
02. BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
03. BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde/Projeto Minha Gente, 1991. 110p.
04. FERREIRA, M.C.R. O apego e as reações da criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. **Cad.Pesqu.**, São Paulo, v. 48, p.3-19, fev. 1984.
05. GOMES, E.T.L. **Ouvindo crianças hospitalizadas**. (Mestrado) - Ribeirão Preto, 1993.
06. HARRY, P. et al. **The welfare of children in hospital**. London, 1958. Report of the committee.
07. RIBBLE, M. A. **Os direitos da criança: as necessidades psicológicas iniciais e sua satisfação**. 2.ed. São Paulo: Imago, 1975. p.90.